

**AIRR 77500-38.2008.5.01.0058 – Publicação: DEJT 15.06.2012**

Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho

Agravante: **Intercement Brasil S.A.** – atual denominação social da **Camargo Corrêa Cimentos S.A.**

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 1ª Região

**DECISÃO:** , por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES DA JORNADA DE TRABALHO PREVISTOS NO ART. 59 DA CLT - DANO MORAL COLETIVO - INDENIZAÇÃO - QUANTUM.**

1. Em sede de ação civil pública, o Tribunal Regional consignou que restou comprovada a reiterada prática, imposta aos empregados da Empresa Ré, de extrapolação dos limites de jornada de trabalho previstos no art. 59 da CLT, de modo que a conduta patronal implicou em prejuízo ao necessário resguardo da saúde física e mental de seus trabalhadores, sacrificados em prol dos interesses comerciais de sua Empregadora, configurando-se o dano moral coletivo.
2. Por essa razão, tendo em vista o porte econômico da Empresa Ré e a situação posta nos autos, a Corte de origem fixou em R\$500.000,00 o valor da indenização por dano moral coletivo, a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
3. *In casu*, a análise da configuração, ou não, do dano moral coletivo, bem como do montante devido, esbarra no óbice das Súmulas 126, 221, I, 296, I, do TST e do art. 896, a, da CLT. **Agravo de instrumento desprovido.**

**RR 1341-42.2010.5.03.0086 – Publicação: DEJT 21.09.2012**

Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Recorrente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. A**

legitimidade do Ministério Público do Trabalho, na defesa de interesses individuais homogêneos, em ação civil pública, já está consagrada, na doutrina e na jurisprudência do c. Tribunal Superior do Trabalho e do e. Supremo Tribunal Federal. Constatado ser o bem tutelado a condenação do reclamado ao cumprimento das normas que disciplinam as condições de trabalho de seus empregados, especificamente quanto à jornada de trabalho excessiva, sobressai a legitimidade do Ministério Público em face da existência de lesão comum, a grupo de trabalhadores, inerentes a uma mesma relação jurídica, a determinar que, mesmo que o resultado da demanda refira-se a direitos disponíveis de empregados, decorre de interesses individuais homogêneos que, embora tenham seus titulares determináveis, não deixam de estar relacionados aos interesses coletivos, sendo divisível apenas a

reparação do dano fático indivisível. O interesse coletivo presente determina a atuação, quando identificada lesão comum a grupo de trabalhadores que laboram *a latere* das normas que disciplinam a jornada de trabalho, em desrespeito aos direitos sociais garantidos no art. 7º da CF. Precedentes. Recurso de revista não conhecido.

**BANCÁRIO. EXIGÊNCIA DE JORNADA SUPERIOR A SEIS E OITO HORAS DIÁRIAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROVA DA SOBREJORNADA HABITUAL. OBRIGAÇÃO LEGAL DE RESPEITO À LIMITAÇÃO DA JORNADA EXTRAORDINÁRIA.** A norma celetista disciplina a possibilidade de prorrogação da jornada normal dos bancários, desde que excepcionalmente e limitada em oito horas diárias ou quarenta horas semanais. Tal regra comporta exceção quando comprovada a imperiosa necessidade do serviço extraordinário e cumpridos os requisitos constantes do art. 61 da CLT. *In casu*, o eg. Tribunal Regional consignou expressamente que foi desrespeitada a obrigação legal de limitação da sobrejornada, não sendo possível extrair da v. decisão recorrida a existência de imperiosa necessidade do serviço extraordinário a justificar a prorrogação da jornada de trabalho além do limite legal. Incólumes os dispositivos invocados. Recurso de revista não conhecido.

**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR ARBITRADO À CONDENAÇÃO.** O quadro fático delineado pelo eg. Tribunal Regional demonstrou a existência dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, consistentes no ato ilícito, no nexo causal e no dano moral coletivo, fixando o valor da indenização em observância à natureza e extensão do dano, bem como à capacidade socioeconômica das partes, em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Intactos, portanto, os dispositivos invocados. Recurso de revista não conhecido.

**AIRR 3019600-54.2009.5.09.0651 – Publicação: DEJT 30.11.2012**

Relator: Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos

Agravante: EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVIÇOS LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. LIDES SIMULADAS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O egrégio Tribunal Regional, soberano no exame do conjunto fático-probatório produzido nos autos, concluiu que os acordos relativos à rescisão dos contratos de trabalho dos empregados da ré foram realizados em lides simuladas, mediante coação da empresa, o que configurou dano moral coletivo. Restaram consignados, de forma detalhada, os motivos em que a decisão regional se baseou para entender pela invalidade dos acordos firmados. Com isso, atendeu o egrégio Tribunal Regional ao comando do artigo 93, IX, da Constituição Federal, entregando a prestação jurisdicional que entendeu pertinente, bem como se manifestando sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, apreciando livremente a prova, os fatos e as circunstâncias constantes dos autos, e dando à lide desfecho de acordo com seu livre convencimento, de forma motivada, em consonância com o que lhe impõe o artigo 131 do CPC. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

